A CASA *BAIXINHA*: UMA QUESTÃO DE ALTURA SOCIAL

Elizabeth Ferreira Linhares[1]
Laboratório de Educação Patrimonial – Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense
Rua Roquete Pinto, 88/SS 201 Urca – CEP 22.291-210. Rio de Janeiro, Brasil.
Tel. (21)2542.6787, 3905.6962, e 9893.8736. E-mail linharesbe@ig.com.br

Tema 4: Investigação, Ensino e Formação/capacitação/transferência
Palavras-chave: colonato, mudança social, casas de pau-a-pique

Resumo
Este artigo analisa a dimensão material e simbólica das antigas casas construídas pelo colonato da cafeicultura fluminense, tendo em vista as diferentes representações atualmente associadas a esse tipo de construção, que se baseava, na região estudada, na técnica do pau-a-pique barreado.
Ao longo do processo histórico de implantação do colonato em substituição à escravatura, a *casa de colono* ocupou um lugar central no estabelecimento e na manutenção das condições de sujeição impostas aos trabalhadores dentro desse sistema. Ex-escravos ou seus descendentes, imigrantes de origem européia, e pequenos sitiantes expropriados com a expansão da grande lavoura, compunham um grupo que, diferenciado em suas origens históricas e sociais, trazia em comum a condição de lavradores sem terra para lavrar, e o ingresso no colonato como única forma possível, naquele período, de acesso à terra, ao trabalho e portanto à sua sobrevivência e reprodução.
Dentro desse quadro, e do ponto de vista dos interesses da fazenda, a construção artesanal das casas em que morariam os colonos representava uma importante economia de ordem material, pois utilizava materiais quase exclusivamente extraídos da natureza, e a mão-de-obra dos próprios trabalhadores, que em sua maioria dominavam essas técnicas. Por outro lado, atribuía-se a essas casas uma suposta fragilidade e um caráter de certa forma provisório. Os colonos eram proibidos de construir em alvenaria, sendo esse tipo de construção associado, por fazendeiros e trabalhadores, a um maior grau de solidez e sobretudo de estabilidade, física e social, da moradia assim construída.
Considerando o processo de mudança desencadeado pela ruptura dessas relações, procura-se analisar o modo como esta se expressa nas novas casas construídas, em sua quase totalidade em alvenaria convencional, por um grupo de ex-colonos atualmente beneficiários de um assentamento rural na região. O artigo pretende trazer reflexões que possam contribuir para a desconstrução da armadilha simbólica produzida nesse processo, que tende a impedir que esses trabalhadores hoje percebam, nas técnicas de construção com terra utilizadas por eles próprios há várias gerações, o seu efetivo valor estético, econômico, social e político.

1. Introdução

A dimensão simbólica da *casa* e o caráter arbitrário da sua organização espacial já foram objeto de estudo por parte de diversos pesquisadores das ciências humanas, cujos trabalhos demonstram que o espaço construído, organizado, classificado e enfeitado pelo homem para a sua vida doméstica, traduz, materialmente, todo um conjunto de regras e valores que orientam não só a vida propriamente doméstica, mas também as suas relações com o mundo natural e social que lhe são exteriores.[2] O espaço doméstico materializa amplamente, nesse sentido, o nosso lugar e o nosso modo de estar no mundo: elemento fundamental da dialética social, a casa é, a um só tempo, produto das regras e valores que orientam a vida daqueles que a conceberam, e produtora, enquanto transmissora, de muitas das regras e valores que orientam a vida daqueles que nela vivem – e sobretudo daqueles que nela serão primariamente socializados, as crianças.

Partindo dessas considerações, este artigo tem por objetivo refletir sobre as condições de moradia no assentamento Santo Inácio, na área rural do Rio de Janeiro, considerando o processo de mudança social vivido pelos antigos colonos atualmente assentados, e o modo como esta se expressa nas diferentes casas construídas pelo grupo ao longo da sua história. Serão portanto analisadas as condições e as casas em que viviam, com suas famílias, no período do colonato, assim como as novas condições de vida e de moradia, instauradas a partir da reforma agrária e da criação do assentamento.[3]

2. Histórico do grupo

O assentamento Santo Inácio se localiza no município de Trajano de Moraes, região serrana do norte fluminense. É composto por duas glebas separadas, Barro Alto e Caixa D'Água, correspondentes a duas das seis fazendas que compunham anteriormente a chamada

Fazenda Santo Inácio. A desapropriação dessas áreas foi efetivada no âmbito do programa governamental de reforma agrária, em janeiro de 1987, após um longo e intenso período de conflitos entre os trabalhadores e o fazendeiro – processo que envolveu diferentes níveis de enfrentamento e através do qual se fez a organização do movimento sindical no município. A quase totalidade das famílias assentadas é composta por famílias oriundas do colonato dessa antiga região cafeicultora, particularmente do próprio município de Trajano. Entre estas, uma grande parte (66,9%) é composta por antigos colonos da fazenda, que, no processo de decadência do café e da progressiva ruptura com as condições impostas pelo colonato, permaneceram na terra, resistindo às diversas tentativas de expulsão promovidas pelo proprietário.[4]

A Santo Inácio foi uma das mais importantes fazendas cafeiculturas dessa região. Com mão de obra inicialmente escrava, a partir da abolição sua produção foi reorganizada com base no colonato, valendo-se sobretudo da vinda para o Brasil, nesse período, de grande número de trabalhadores imigrantes europeus, principalmente italianos. A passagem do trabalho escravo para o trabalho "livre" operou uma inversão central nas formas de dominação, exercidas a partir da abolição sobre bases familiares – nas quais a *casa de colono* constituiu o meio concreto fundamental pelo qual se instaurava a condição de sujeição dos trabalhadores e suas famílias com relação ao poder centralizado de um fazendeiro.[5] Assim, ex-escravos ou seus descendentes, imigrantes de origem européia, e pequenos sitiantes expropriados com a expansão da grande lavoura, compunham um grupo que, diferenciado em suas origens históricas e sociais, trazia em comum a condição de lavradores sem terra para lavrar, e o ingresso no colonato como única forma possível, naquele período, de acesso à terra, ao trabalho e portanto à sua sobrevivência e reprodução. Filhos de trabalhadores em idade, ou em vias de casar-se, eram os candidatos típicos a uma vaga de colono, que implicava, prioritariamente, no pedido de autorização para fazer a casa, via de regra em pau-a-pique e utilizando-se basicamente de material encontrado nas matas da própria fazenda. O casamento, e com ele a criação de uma nova unidade doméstica entre trabalhadores, cuja concretização se dava por meio da *morada* em terras de uma determinada fazenda, representavam o meio central de reprodução do colonato, estabelecendo as condições básicas em que viveriam, a partir de então, o trabalhador e sua família.[6]

O colonato na Santo Inácio era regido por uma série de regras, entre as quais destacam-se: (1) as lavouras de café, que representavam a principal fonte de rendimentos da fazenda, ficavam a cargo dos colonos pelo sistema de *meia*, ou seja, a colheita era dividida ao meio entre o colono responsável pelos trabalhos e o fazendeiro; (2) os colonos eram obrigados a prestar serviços não remunerados à fazenda por pelo menos dois dias por semana – os chamados *dias de turma*; (3) e a pagar a *renda*, que consistia em 20% da colheita das demais lavouras que praticassem, basicamente milho e feijão. É importante observar a inexistência de qualquer remuneração monetária direta pela prestação de *serviços* à fazenda. Todo o dinheiro recebido pelo colono nessa relação era resultante da meia do café, cuja pesagem, avaliação e comercialização ficavam inteiramente por conta da fazenda, via de regra sem qualquer controle do colono em nenhuma dessas etapas. O *direito* fundamental dos trabalhadores, ou a contrapartida para que estes se submetessem a tais condições, consistia, como referido, no acesso à terra, ou seja, consistia no *direito* de morar e plantar, em área previamente delimitada, em terras da fazenda.

A partir da decadência do café e da substituição das lavouras pela criação extensiva de gado, o fazendeiro passa a restringir cada vez mais as áreas disponíveis para os colonos plantarem, desencadeando uma série de conflitos que culminariam com a desapropriação de parte da fazenda e com a criação do assentamento. Os antigos colonos da Santo Inácio conquistam assim uma relativa autonomia, primeiro na condição de posseiros, quando rompem com as regras impostas pela fazenda, embora permaneçam em suas terras; e finalmente como assentados, quando a legitimidade de suas posses é definitivamente reconhecida.

Esse processo resultou em melhorias do ponto de vista produtivo, econômico e, portanto, nas suas condições gerais e materiais de vida. Mas a história vivida por essas famílias é de uma outra grandeza, possui uma abrangência que não se restringe à ordem econômica. A conquista da estabilidade definitiva sobre a terra em que moram e produzem – a *liberdade de trabalhar* – nas palavras de um antigo colono hoje assentado, deu a esses trabalhadores uma nova condição, uma nova posição nas negociações por eles travadas,

desde então, seja com relação à venda dos seus produtos ou à sua própria colocação no mercado de trabalho. Trata-se da instauração de um novo jogo, e de uma certa redistribuição de forças. Da dependência (ou melhor, interdependência) convergente em relação ao poder centralizado de um fazendeiro e aos demais poderes instituídos em torno da fazenda, esses trabalhadores passam, a partir da desapropriação da terra e da criação do assentamento, a depender de uma rede mais ampla (e mais distanciada) de relações, que inclui desde diferentes instâncias governamentais, das quais em certo nível passam a depender enquanto assentados, até relações de mercado mais distantes, que se tornam necessárias a partir dos novos produtos introduzidos, pois parte deles não tem aceitação no mercado local. Trata-se, nos termos de Elias (1969), de uma nova formação social, decorrente não só da ruptura das antigas relações de colonato ocorridas na região, mas das diversas mudanças operadas em âmbito mais amplo, nacional e internacional. A expansão e o crescimento social vivido por essas famílias nesse processo se materializa e se torna particularmente visível através das casas reformadas e construídas a partir do assentamento, em sua quase totalidade em alvenaria convencional. E as antigas casas de estuque, inversamente, passam a representar um passado que, embora faça parte de uma memória de alto valor afetivo, é inevitavelmente relacionado às difíceis condições materiais e sobretudo às injustiças e à submissão em que viviam os trabalhadores no período do colonato.[7]

3. Condições materiais de moradia

Na avaliação dos próprios assentados, a melhora nas suas condições de moradia a partir do assentamento é muito significativa: 61,9% dos responsáveis por lotes no assentamento consideram que, no que diz respeito à moradia, sua vida melhorou muito; 25,4% consideram que melhorou; e somente 12,7% consideram que piorou. Segundo depoimentos e a observação dos exemplares ainda existentes no assentamento, as casas construídas pelos trabalhadores no período do colonato eram casas muito simples, via de regra de *estuque* e cobertura de sapê, nos primeiros tempos do colonato; ou telha canal, genericamente utilizada pela geração hoje assentada. O revestimento interno (e algumas vezes externo) era feito com tabatinga;[8] o chão era de terra batida, por vezes também revestido de tabatinga; ou de assoalho de madeira, nos poucos casos de colonos que possuíam recursos para tal investimento. As casas não costumavam possuir banheiro e suas cozinhas eram por vezes abertas, sob a forma de uma varanda, utilizando-se fogão à lenha para o preparo dos alimentos e para o aquecimento da água do banho.

A construção da estrutura de madeira da casa ficava a cargo do chefe de família, que contava para isso com a ajuda de um ou dois parentes e/ou vizinhos e amigos, no caso de famílias com homens detentores de tais conhecimentos e habilidades; ou, no caso contrário, a cargo de um artesão – o *carapina* – contratado pelo futuro morador. Em ambos os casos, costumava-se utilizar madeira extraída das matas da própria fazenda, e não raro o fazendeiro colaborava com o empréstimo de um carro de bois para a descida das toras extraídas. Em seguida a casa era barreada por meio de um mutirão, do qual participavam os homens da vizinhança, que demarcavam com essa participação o acolhimento e a inclusão dessa nova casa em sua rede de próximos. Cabia às mulheres, nesse momento, preparar alguma merenda a ser oferecida aos homens; e, uma vez concluído e seco o barreado, eram elas que faziam o acabamento final, revestindo toda a casa com tabatinga.

As casas não eram abastecidas por energia elétrica, e não possuíam água encanada em seu interior. A iluminação se fazia por meio de pequenos lampiões de querosene, e a vida cotidiana das famílias buscava aproveitar ao máximo a iluminação natural. Para isso costumavam acordar pouco antes do nascer do sol, e dormir poucas horas após o anoitecer. O abastecimento de água se fazia através de uma *bica* externa, com água captada de nascente e canalizada até o *terreiro,* por meio de *canejas* feitas com troncos de imbaúba ou taquaruçu cortados no sentido longitudinal. O fluxo da água era contínuo, e o esgotamento era feito através de uma pequena vala direcionada ao córrego mais próximo. Isso fazia com que o sistema funcionasse de modo similar a um pequeno “desvio”; era como se a água, provisoriamente desviada, passasse pelo *terreiro* para em seguida retomar o seu curso natural. Nessas condições, não havia em princípio sentido, para o grupo, qualquer preocupação com o seu consumo, tanto com relação ao volume utilizado, como em relação à possível poluição dos córregos.[9]

Em torno da casa, nos limites do *terreiro*, ficavam a *bica* e um pequeno *jirau*, onde se lavava roupas e vasilhas; o galinheiro, a ceva e o curral de porcos, com as *criações*; e a horta, onde eram cultivadas diversas verduras e ervas medicinais. Os limites da casa e do terreiro constituíam um espaço marcadamente feminino, cabendo em princípio às mulheres cuidar não só dos serviços propriamente domésticos (cozinhar, lavar, passar, etc.), mas também das criações e da horta. As áreas utilizadas para plantio – com exceção justamente da horta e do *quintal* com as diversas fruteiras, em torno da casa – não eram necessariamente contíguas ao *terreiro*, o que gerou a necessidade de uma série de negociações por ocasião da criação do assentamento, na demarcação dos lotes, de modo a juntar em uma mesma área a moradia e o plantio das roças. Em oposição ao conjunto formado pelo terreiro e a casa, as *roças* faziam parte, em princípio, do universo masculino. E apesar da participação das mulheres na lavoura ser bastante freqüente, a participação das mulheres casadas e com filhos engendrava importantes alterações na dinâmica cotidiana da família.

A partir do assentamento e do acesso a créditos, foi visivelmente priorizada a melhoria nas condições materiais de habitação. As antigas casas de colono foram, com poucas exceções, derrubadas, e novas casas foram construídas. As que haviam sido construídas em período mais recente (mas anterior ao assentamento), foram ampliadas e melhoradas; mas, de um modo ou de outro, o estuque foi sendo substituído pela alvenaria na quase totalidade do assentamento. Construir em alvenaria representa, entre outras, uma condição de estabilidade sobre a terra em que se mora, e não por acaso essa substituição se deu de modo generalizado a partir da criação do assentamento: a grande maioria dos trabalhadores da fazenda não somente não dispunha de recursos, mas era além disso proibida de construir em alvenaria.

Vale observar que a introdução da alvenaria como técnica construtiva representou uma mudança fundamental nos modos de construir do grupo, na medida em que implica na mercantilização da construção, que passa a depender do acesso ao mercado, participando assim, por um lado, do processo de expansão social vivido pelo grupo, mas significando, por outro lado, um maior esforço de investimento monetário.[10] Para construir uma casa de estuque, não raramente os colonos dependiam de comprar somente os pregos utilizados para a fixação dos paus-a-pique; algumas vezes nem isso, quando a amarração da trama interna das paredes era feita com cipó e a cobertura da casa com sapê. Para construir em alvenaria, os assentados em princípio dependem de comprar todos os materiais utilizados na construção, o que nem sempre é possível de uma só vez, ficando as casas com freqüência por um longo período com seu acabamento incompleto.

Observa-se no assentamento um padrão geral predominante relativo aos materiais utilizados na construção e no acabamento. A grande maioria das atuais casas possui paredes de alvenaria (87,3%), e são rebocadas por dentro (87,3%) e por fora (74,6%); seu piso é de cimento fino (62,1%) ou cerâmica (37,7%); e seu telhado é de amianto (83,5%).[11] São casas pintadas por dentro (74,8%) e por fora (74,6%), e suas esquadrias são somente de madeira (61,9%) ou de madeira com vidro (38,1%). Em termos funcionais, observa-se também uma mudança de padrão. As novas casas são todas abastecidas por energia elétrica, objeto de um dos primeiros investimentos coletivos realizados logo após a criação do assentamento. Para cozinhar, embora quase todas as casas (96,2%) utilizem o gás de bujão, uma importante parcela (61,9%) mantém também o fogão a lenha, utilizado sobretudo nos preparos que exigem maior tempo de cozimento. Com relação ao sistema de água e esgoto, a grande maioria (87,3%) das casas é abastecida, como já referido, com água proveniente de nascente; e o esgoto, no período da pesquisa, era ainda em sua maior parte (87,3%) jogado direto nos rios do assentamento.

Do ponto de vista espacial observa-se, em primeiro lugar, um aumento significativo no número de casas por *sítio* (ou lote). A construção não depende mais de autorização, mas sim dos recursos materiais necessários. Portanto, à medida que cresceram as famílias, com os casamentos das novas gerações e as novas unidades domésticas assim criadas, novas casas foram sendo levantadas. Atualmente 42% dos lotes possuem duas casas; 29 % possuem quatro ou mais casas; e 29% permaneceram com somente uma casa. Em torno de cada uma, o seu universo próprio: o terreiro limpo, de terra batida, circunda a casa; à sua frente, plantas ornamentais (algumas possivelmente mágicas, visando a sua proteção), por vezes flores; na parte de trás, o paiol, o galinheiro, a ceva e o curral de porcos, em alguns casos um banheiro externo; a horta e as diversas fruteiras no quintal circundam o terreiro, completando o conjunto.

Em segundo lugar, observa-se que apesar das casas atuais variarem bastante em tamanho (em termos de área construída), elas são de um modo geral maiores que as antigas, sendo que em 58,1% dos casos o tamanho atual resulta de ampliação posterior à construção original. Uma grande parte (79,6%) dessas casas possui entre 65 e 100m2. No que se refere à altura há também uma diferença significativa com relação às casas de colono. Voltaremos a isso mais à frente, mas podemos já observar que a altura da maior parte (66,9%) dessas casas varia entre 2,20 e 2,50m; somente 7,7% têm menos de 2,00m (o que corresponde à altura de uma antiga casa de colono); 25,4% têm entre 2,80 e 3,00m; e nenhuma tem altura superior a 3,00m.

4. Aspectos simbólicos

A análise da dimensão simbólica requer uma observação aprofundada e qualitativa do objeto, o que nos levou a optar por um estudo de caso, escolhendo um determinado lote do assentamento para este estudo. O lote escolhido, além de ser paradigmático com relação à história e às condições vividas por grande parte das famílias assentadas, possui ainda dois exemplares de casas construídas no período do colonato, permitindo assim uma análise comparativa e a compreensão do processo de mudança social vivido pelo grupo. Trata-se de uma família de antigos colonos da fazenda, cujos descendentes permaneceram no assentamento, a maioria no próprio lote dos pais (fig. 1). É um lote de 8 ha de área, onde existem atualmente seis casas, das quais quatro serão aqui enfocadas: a antiga casa de estuque onde morava o casal titular com seus filhos, no período do colonato, hoje abandonada (casa 1); a casa de alvenaria onde mora atualmente o casal de titulares (casa 2); outra antiga casa de estuque que pertencera à mãe da titular, onde atualmente mora seu único filho homem, já casado (casa 3); e a nova casa desse filho, ainda em construção (casa 4).

A organização espacial das antigas casas de colono da fazenda (casas 1 e 3) expressa em grande parte as condições em que viviam e os valores que orientavam a vida dessas famílias no período do colonato. Em primeiro lugar, o grupo doméstico nesse período era composto de um modo geral por no máximo duas gerações: pai, mãe e filhos solteiros. O casamento, e com ele a perspectiva da vinda de uma terceira geração, implicava, como já referido, na obtenção de uma nova casa e na criação de um novo grupo doméstico – que nessas condições se colocava, assim como a geração anterior, submetido a uma fazenda (não necessariamente a mesma), reproduzindo o sistema.

A posição do homem, de chefe ou pai de família, implicava na responsabilidade primeira de prover à família dos bens necessários à sua sobrevivência – a começar pelo pedido e obtenção da própria casa –, assim como de responder pela família ou representá-la perante a sociedade exterior a ela. À mulher, embora de um modo geral ela também participasse dos trabalhos, inclusive na lavoura, não cabia responder pelos resultados nesse sentido obtidos. Sua responsabilidade maior era para com a casa e a criação dos filhos, considerando-se parte da casa o terreiro e tudo que nele se produzisse, como a horta, as fruteiras e as criações, via de regra sob os cuidados da mulher, com a *ajuda* dos filhos. Às crianças cabia ajudar, sendo assim socializados, nos diversos serviços cotidianos da lavoura e da casa, variando a sua participação de acordo com a idade, o sexo e as condições de vida específicas de cada família, incluindo-se aí o número de filhos, a composição da fratria, as condições de saúde da família e as condições gerais de produção (tamanho e qualidade da terra disponível para lavoura, entre outros). A posição, as atribuições e responsabilidades, e as decorrentes e respectivas autoridades de cada integrante do grupo doméstico, encontram-se expressos nas formas e nos usos dos diferentes espaços da casa.

Como podemos observar, essas casas possuem duas portas externas, uma na sala e outra na cozinha, sendo a da sala de um modo geral voltada em direção à estrada e ao acesso principal do sítio; e a da cozinha voltada para a parte dos fundos do terreiro, onde se localizavam em geral a bica d'água, a horta e as criações. Embora a casa em sua totalidade fosse, perante o mundo que lhe é exterior, o espaço por excelência da família e da mulher, no jogo das oposições internas que lhe constituíam, a sala representava o espaço da esfera pública e do homem; onde eram recebidas as visitas, pessoas que não faziam parte da rede de próximos, e que eram nessas condições recebidas pelo homem da casa. Em sua ausência, a porta da sala não seria sequer aberta ao visitante desconhecido.

Segundo diversos relatos, ao receber um visitante na sala o pai encontrava-se em geral sozinho, permanecendo a mulher e as crianças no "interior" da casa (*Vai lá pra dentro,*

menino!); e diante da eventual insistência curiosa das crianças, o pai lançava-lhes um olhar suficientemente intimidador para que estas se retirassem de imediato. *Antigamente não tinha esse negócio de criança ouvir conversa de adulto não...* Nessas condições a sala se posicionava como o espaço mais próximo da estrada e mantinha a sua porta fechada a maior parte do dia. Por outro lado, enquanto espaço destinado aos "distantes", ou seja, às visitas, a sala da casa de colono ocupava uma área relativamente restrita da casa, se compararmos com grande parte das salas atuais. Esse pouco espaço destinado aos "distantes" diz respeito ao tipo de formação social do período do colonato; às redes de relações nas quais se moviam e das quais dependiam essas famílias (cf. Elias, 1969), basicamente constituídas de próximos. Nessa época, era o pertencimento a uma rede de parentesco e/ou vizinhança que abria portas e dava acesso ao lugar e a uma casa de colono.

A cozinha, em contrapartida, era o espaço da porta permanentemente aberta, onde eram recebidas, pela família de um modo geral, as pessoas próximas, mais *chegadas* à casa e à família; era o espaço da vida privada familiar, onde a família se reunia não só para as refeições, mas também para um café e para estarem juntos, simplesmente conversando. Poderíamos dizer que a cozinha era (como ainda é) em certo sentido o "coração" da casa, o centro da vida doméstica, considerando-se a domesticidade como um conjunto de emoções relacionadas a esse convívio íntimo familiar e à dedicação feminina à casa, ao "lar" – sendo a casa percebida não só como um abrigo, mas como o espaço por excelência da família, onde esses sentimentos são incorporados (Rybczynski, 1996).[12]

A cozinha era, junto com o terreiro, o espaço mais feminino da casa, onde as mulheres passavam, quando liberadas dos serviços da lavoura, a maior parte do seu tempo, envolvidas nos diversos serviços domésticos. Esse era o modelo idealizado, que supunha determinadas condições e um núcleo familiar completo e com saúde, e do qual resultava a esfera de autoridade feminina, materna, relacionada a diversos aspectos da casa e, especialmente, da cozinha. Na prática, com freqüência, esses serviços eram realizados no todo ou em parte pelas filhas solteiras, desde cerca de sete anos de idade, enquanto a mãe trabalhava na lavoura, sozinha ou acompanhando os filhos maiores (quando viúva, separada ou com marido doente), ou acompanhando o próprio marido, quando a situação da família assim o exigia.

Esse padrão de oposição entre a cozinha, como centro da vida íntima doméstica e do universo feminino, e o caráter mais público e masculino do espaço da sala, é bastante presente e generalizado na cultura ocidental, podendo ser observado desde o seu modelo "ancestral", segundo Rybczynski as casas holandesas do século XVII, até diversos modelos de casas brasileiras, tanto em áreas urbanas (como mostram os exemplares reunidos em estudo de Reis Filho sobre arquitetura brasileira),[13] quanto em áreas rurais (entre estas as casas de pequenos produtores familiares, estudadas por Heredia [1979] e Garcia [1983] no nordeste brasileiro, e as casas de colonos do sudeste mineiro estudadas por Linhares [1998]). Nas casas de colono aqui estudadas a diferença entre a área ocupada pela cozinha e a área ocupada pela sala é relativamente pequena (em caso limite, não há diferença), mas com a tendência, via de regra, da cozinha ser um pouco maior que a sala, e dificilmente o contrário. Nas novas casas, como veremos mais à frente, essa tendência pode se inverter, ocupando com freqüência a sala um espaço maior que a cozinha.

Entre a sala e a cozinha encontra-se o corredor, pelo qual se tinha acesso a alguns dos quartos de dormir. O corredor representava um espaço de transição entre os diferentes espaços da casa e seu objetivo era justamente o de criar a necessária distância entre os dois espaços polares; era uma forma de se tentar garantir a privacidade do "interior" da casa, impedindo que da sala se tivesse acesso direto ou a visão do que se passava na parte mais íntima, sobretudo na cozinha. Os quartos de dormir encontram-se ao longo desse espaço, em certo sentido, intermediário, variando sua posição e respectiva utilização em função de uma maior ou menor proximidade com relação aos dois extremos da casa. Ou seja, seus respectivos usuários eram definidos de acordo com a posição de cada membro da família para com o todo. Assim, na casa 1, o quarto 1, com acesso direto à sala, era o quarto de dormir do pai; e os quartos 2 e 3, com acesso pelo corredor (e portas próximas à entrada da cozinha), eram respectivamente os quartos de dormir da mãe com as filhas moças, e do único filho homem, que dormia sozinho. Os filhos pequenos freqüentemente dormiam junto com a mãe, ou junto com a mãe e o pai, todos no mesmo quarto, até que a aproximação da puberdade criasse a necessidade de separação sexual dos quartos de dormir.

Por outro lado, a cozinha e os quartos de dormir constituíam em conjunto um núcleo central da casa – o *lá dentro* da casa – enquanto espaços das práticas naturais e fundamentais de reprodução do grupo: alimentação, sono e sexo; e se opunham nesse sentido ao corredor e à sala, espaços por excelência da ordem social, das relações construídas para fora, da casa para com o mundo social exterior a ela. A centralidade desse núcleo pode ser observada na sua priorização ao ser construído, em anexo à casa paterna/materna, nos casos em que o casamento de um filho ocorreu em meio a impossibilidades de serem obtidos recursos materiais ou autorização para a construção de uma unidade doméstica independente para o novo casal. Foi o caso da filha mais velha dessa família, que para se casar construiu esses dois cômodos junto à casa dos pais (parte cinza na planta baixa da casa 1).

A criação do assentamento trouxe aos antigos colonos não só o acesso a créditos e com isso a possibilidade de se investir na *melhoria* das condições de moradia, mas também (talvez sobretudo) o desejo ou a necessidade de fazê-lo. Quando o casal de titulares desse lote decidiu mais uma vez mudar de casa, não restava com eles mais nenhum filho. Não seria portanto a segurança, o conforto ou o espaço eventualmente exigido por vários filhos que justificariam a necessidade de uma nova ou de uma maior casa. Essa necessidade é explicada pela mulher, dona-de-casa e lavradora aposentada, como necessidade de *melhorar,* na qual se incluem condições gerais de vida e sobretudo de saúde e bem estar. Indagada sobre a razão que os havia levado a construir uma nova casa, ela nos explica:

> *"Me deu assim na idéia que eu não ficava bem por causa de eu estar naquela casa. Aí eu vim pr'aqui e eu falei: aqui eu vou melhorar, se Deus quiser. E graças a Deus, em vista do que eu era, eu melhorei, né?"*
>
> E a senhora acha que a casa tinha a ver com isso?
>
> *"Ah, lá não era bom não. Porque... água no terreiro; não tinha banheiro, né? Então a gente ficava naquela vida... Estava chovendo, tinha que ir debaixo de chuva pra bica, né? Estava de sol, a gente vai outra vez... Não dava certo. E aqui não. Aqui a gente, graças a Deus, tem a caixa d'água ali atrás, é só ligar a bomba e tem água dentro de casa. Tem o banheiro... não está muito bom mas tem, né?"*

A sua atual casa foi construída há aproximadamente cinco anos e é de fato muito diferente das casas anteriores (casa 2). É uma casa de alvenaria, rebocada com massa de cimento e praticamente toda pintada. O chão é de cimento liso, e a cobertura é de telhas de amianto. As esquadrias são de madeira, com exceção do pequeno basculante do banheiro, de ferro e vidro. Todo o material utilizado nessa construção foi comprado. Não houve reaproveitamento de nada da casa antiga, que não foi desmanchada (casa 1). O local escolhido para a construção foi junto à estrada, em um terreno mais alto que o da casa anterior. Para abrir esse terreno foi preciso utilizar uma retroescavadeira, em serviço contratado e pago especificamente com essa finalidade. O tamanho e o desenho da casa foram definidos pelo seu marido e o pedreiro contratado, que riscaram juntos, diretamente no local, a planta baixa da casa: sala, dois quartos, banheiro, cozinha e duas varandas, uma na frente e outra atrás da casa. A área total construída (95,7 m²) é maior que a da casa anterior (65,3 m²), assim como é bem maior a altura da atual (2,55 m), quando comparada à anterior (1,85 m).[14]

Em termos funcionais a nova casa traz também grandes diferenças: em primeiro lugar, como destaca seu depoimento, a água encanada dentro de casa, abastecendo o banheiro e a cozinha; a própria existência de um banheiro; e o uso exclusivo do fogão a gás na cozinha (embora seja mantido no terreiro um pequeno fogão de lenha para certos cozimentos prolongados). E finalmente o esgoto, que na antiga casa era jogado diretamente no córrego mais próximo, e aqui se faz pelo sistema de fossa séptica.

Do ponto de vista simbólico, essa nova casa nos sinaliza alguns aspectos importantes do processo de mudança vivido pela família. Entre estes, podemos destacar: em primeiro lugar, a construção de uma nova relação com a natureza; um processo de certa forma "civilizador" (Elias, 1939) de controle, afastamento e domesticação, no sentido literal, da natureza, com a inclusão do uso da água e especialmente das funções de um banheiro, que são trazidos para "dentro de casa", ou seja, para o domínio da cultura, do social, considerando-se o eixo de oposições que coloca a casa como um todo, enquanto espaço da família, socialmente organizada e instituída, em posição oposta ao mundo natural que a cerca.[15]

Em segundo lugar, a ampliação da área total da casa e a busca de um certo padrão de acabamento, tendo em vista uma valorização do espaço doméstico em seu conjunto, representando, do seu ponto de vista, a melhoria do ambiente e das condições de vida doméstica; terceiro, a criação de uma varanda na parte de trás da casa, incluindo sob a mesma cobertura o espaço destinado a certos serviços domésticos, especialmente o lavar roupas. Esse espaço se torna em certo sentido uma extensão da cozinha, tanto no que diz respeito ao seu pertencimento ao âmbito feminino, quanto à sua utilização, em certos casos, para o recebimento de visitas, por assim dizer, a meio caminho da intimidade familiar. Além disso, com significado semelhante à inclusão da água e do banheiro na casa, a inclusão desses serviços domésticos sob a mesma cobertura do restante da casa representa também um afastamento simbólico dessas práticas com relação à natureza, o que é ainda reforçado pela eventual presença das máquinas de lavar roupas (anteriormente as roupas eram lavadas na bica, no limite do terreiro, ou diretamente à beira de um córrego).

Em quarto lugar, a ampliação do espaço da sala, que nas novas casas ganha uma outra dimensão espacial e simbólica. Por um lado, a ampliação da sala enquanto espaço destinado a receber visitas, se relaciona às mudanças nas redes de relações das quais passam a depender essas famílias a partir do assentamento e dos demais fatores já mencionados; por outro lado, a sala já não se destina tão exclusivamente às visitas, sobretudo a partir da presença da televisão e dos estofados, que fizeram da sala também um espaço de estar da família. Nessa casa particularmente, podemos observar ainda que a cozinha se aproxima da sala, apesar da existência de um pequeno corredor. De todo modo, observa-se de modo generalizado nas novas casas o desejo de salas maiores e uma utilização que representa um certo abrandamento na antiga polarização entre a sala e a cozinha. Esse abrandamento tem a ver não só com esses novos usos da sala, como espaço agora também da convivência familiar, mas com a criação da varanda da frente, inexistente no período anterior.

A partir da existência de uma varanda na frente da casa, esta se torna o primeiro espaço onde são recebidas, em tom e caráter provisório, pessoas realmente desconhecidas, e a sua presença e valorização podem nos indicar, por um lado, a importância atribuída à construção de novas relações sociais por parte da família, e, por outro lado, a necessidade de "proteger" a "nova" sala, criando um espaço alternativo que funciona em certo sentido como uma "etapa" anterior no recebimento das pessoas: levar uma pessoa totalmente desconhecida direto para a sala, embora este não seja ainda o espaço maior da intimidade doméstica, representa algum nível de risco, na medida em que na sala, atualmente, encontram-se objetos que expõem de algum modo o padrão sócio-econômico alcançado pela família, tais como o modelo de televisão, de aparelho de som e as condições dos estofados. Poderíamos dizer nesse sentido que, a partir da existência de uma varanda na frente, a sala se torna um espaço intermediário, de grau médio de confiança e intimidade com as pessoas que ali serão recebidas; enquanto que a varanda passa a representar o que anteriormente cabia à sala, como espaço da maior distância social e extremo oposto à cozinha.

5. *Um lugar mais soalheiro*

A casa onde mora o filho mais velho pertenceu à sua avó materna e foi construída há cerca de cinqüenta anos (casa 3). Com exceção da retirada de uma parede interna e de uma varanda feita posteriormente, ela se encontra conservada em sua forma e acabamento originais. É uma casa de estuque, totalmente revestida, por dentro e por fora, com tabatinga. O *chão* é de terra batida, revestido também com tabatinga; o telhado é de telhas canais, e as portas e janelas são de madeira aparelhada (tábuas maciças). A divisão original do seu espaço interno era de uma sala, três quartos e uma cozinha de lenha. Mais tarde foi feita a referida varanda, junto à cozinha, e recentemente um quarto foi aberto e transformado em uma espécie de copa-cozinha, onde se encontram guardados um fogão a gás, ainda sem uso, uma geladeira, um pequeno armário e uma mesa com cadeiras, que foram comprados tendo em vista a nova casa do casal, ainda em construção. Do ponto de vista funcional, essa casa permaneceu até hoje uma representante fiel do passado. A cozinha é exclusivamente de lenha. Não tem nenhum banheiro, interno ou externo, e nem água encanada dentro de casa. Para cozinhar, lavar louça e lavar roupa, sua esposa utiliza a bica no terreiro; para tomar banho, sobretudo no inverno, usam uma bacia dentro de casa, com água aquecida no fogão; para as demais necessidades fisiológicas costumam ir ao mato; e a faxina, feita periodicamente,

consiste sobretudo na aplicação de novas camadas de tabatinga para manutenção do revestimento – tudo exatamente como no tempo da sua avó.

O casal mora a treze anos nessa casa, e embora ele não esconda a profunda ligação afetiva que o prende a este espaço, parte fundamental do seu mundo de infância, ele admite que *sempre teve plano de fazer uma nova casa*. Inicialmente pensou em construir a nova no mesmo terreno da antiga, depois, por razões que guardam uma discreta porém reveladora ambigüidade, acabou optando por construir em um lugar mais alto. Por um lado, o terreno da atual casa seria baixo e próximo de minas d'água. Por essa razão, além da excessiva umidade, apresentaria, segundo o pedreiro contratado para a construção, o risco de fragilizar as fundações da nova casa. Vale observar que a antiga casa de estuque existe há muitos anos nesse terreno sem ter sofrido qualquer tipo de abalo decorrente de possíveis infiltrações. De todo modo havia de fato a opção de construir a nova casa em um lugar *mais soalheiro*, ou seja, mais alto e mais aberto ao sol. Por outro lado, seria necessário um trator para acabar de acertar o terreno. Como não conseguiram o trator (que seria gratuito) e tiveram que contratar os serviços de uma retroescavadeira (que seriam pagos), e a retro seria também capaz de abrir e terraplanar um terreno mais acima, esta acabou por ser a sua escolha definitiva.

A obra iniciou há cerca de três anos, e ainda não foi concluída. Seu andamento vem sendo de acordo com os recursos financeiros disponíveis para o rapaz, que, não sendo titular do lote, não teve acesso a créditos. É uma construção em alvenaria, com telhado de amianto e esquadrias de madeira. A instalação hidráulica, elétrica e os revestimentos ainda estão por fazer. Em sua primeira etapa a nova casa terá uma sala, três quartos, um banheiro, uma cozinha a gás e uma varanda na frente; mas já estão planejados, para uma segunda etapa de construção, mais uma cozinha (a lenha), uma dispensa e uma varanda na parte lateral da casa (casa 4). Independente desse futuro complemento, a área total da nova casa (74m²) será maior do que da atual (55,3m²); assim como será maior a sua altura (2,33m), com relação à altura da atual (1,85/1,90m no corpo principal, e 1,67m na cozinha). O casal desejava que a nova casa fosse mais alta que a antiga, e definiu que ela teria *doze fiadas de tijolos*. Do ponto de vista funcional, eles não abrirão mão dos seus dois mundos. Seu plano é que a nova casa tenha todas as comodidades de um novo padrão de moradia, tais como banheiro, água encanada dentro de casa, cozinha com fogão a gás, geladeira e mesa para as refeições, mas que também tenha uma ampla varanda na parte "de trás" (simbolicamente, pois na prática será lateral) e, acima de tudo, um bom fogão a lenha.

Sem pretender esgotar, no âmbito deste artigo, os muitos aspectos simbólicos envolvidos na concepção espacial dessas casas, gostaríamos de registrar, finalmente, alguns aspectos fundamentais relacionados ao seu espaço vertical, que nos parecem traduzir, particularmente na comparação, o processo de mudança e crescimento social vivido pelo grupo, amplamente representado pelo caso dessa família.

Ao analisarmos a dimensão simbólica de espaços domésticos, tendemos a priorizar a dimensão horizontal desses espaços. A planta baixa das casas se torna assim o objeto central da análise, na medida em que materializa de fato, em grande parte, como vimos, os termos das relações intra e extra domésticas, não só daqueles que as conceberam, como também daqueles que nelas crescerão, considerando sua concepção espacial de modo naturalizado; acreditando que aquele é *o* espaço da vida em família, e não *um* espaço entre os muitos possíveis. Ao incluirmos na análise a observação do espaço vertical (e em certo sentido tridimensional) veremos que ele possui um significado próprio, contribuindo para uma apreensão de maior alcance do processo de mudança e dos aspectos simbólicos a ele relacionados.

As novas casas construídas a partir do assentamento, assim como o único caso encontrado de uma antiga casa de colono reformada, possuem um pé direito sempre superior ao pé direito das casas construídas no período do colonato (fig. 3).[16] No caso das casas novas, construídas em alvenaria, a maior altura já era previamente planejada e calculada de acordo com o número de tijolos que seriam necessários, o que traz implicações para o custo final da obra. Isso se verifica de modo generalizado, ou seja, não se refere somente às casas dessa família, aqui analisadas, mas em praticamente todas as casas construídas após o assentamento: simplesmente não é mais concebível morar-se em casas tão *baixinhas* quanto aquelas construídas no colonato, e só permaneceram morando nessas condições aqueles a quem faltou o mínimo de recursos necessários para a modificação.

A limitação do pé direito das casas de colono (cerca de 1,80 a 1,90m) se torna particularmente significativa quando consideramos que, ao contrário do que ocorre com a alvenaria, o material utilizado na construção das suas paredes era inteiramente retirado da natureza, com a devida autorização da fazenda, porém sem qualquer custo financeiro para o colono; o custo da construção era de outra ordem – era a submissão à fazenda – e esta independia de um ou dois palmos a mais ou a menos na altura de uma casa. Vale observar também, por outro lado, que a limitação da altura dessas casas, ao contrário do que pode parecer, não tinha qualquer relação com as características técnicas da construção em pau-a-pique, o que é largamente demonstrado não só pelas grandiosas sedes e igrejas construídas nesse período com essa técnica, mas também pelas casas (embora poucas) construídas recentemente no assentamento, nessa mesma técnica, cuja altura equivale a dos modelos construídos em alvenaria no mesmo período. O fato é que esse crescimento é irreversível, coletivo e produtor, nessas condições, por um lado, do desejo de acompanhá-lo, e por outro, da cobrança, por parte do grupo, sobre aqueles que aparentemente não estariam conseguindo acompanhar esse movimento. É importante que se compreenda a dimensão social desse desejo, e sobretudo o quanto a sua satisfação (ou não) pode participar do próprio sentido da vida (cf. Elias, 1991). Para entendermos o que nesse caso se exterioriza sob a forma de uma aparente ambigüidade, é preciso que possamos entender os seus desejos, assim como as pressões sociais a eles relacionadas. Indagado sobre a diferença de morar na nova casa em construção, o rapaz explica:

> *"...Então, sei lá, eu acho que isso tem uma diferença muito grande aí. Até pra nós aqui, eu morar nessa casa aqui, está sendo reparado. Muita gente fala, 'ah, se eu fosse você, já estava na casa nova há muito tempo.' Porque muita gente me aconselha pra mudar conforme está assim, entendeu?"*
>
> "Você acha então que a maioria das pessoas aqui de Caixa D'Água mesmo não aceita mais estar morando numa casa que não seja uma casa de tijolo..."
>
> *"É, quer casa boa, quer tudo ajeitadinho."*

A *diferença* é de fato *muito grande* e não se limita às técnicas e aos materiais construtivos utilizados. As antigas casas de colono – as casas *baixinhas*, como se diz no sudeste de Minas – têm sua altura definida em relação direta à estatura física do homem da casa, via de regra o responsável pela sua construção. As pequenas variações encontradas se justificam nesses termos, ou de acordo com o padrão adotado pelo carapina contratado, quando é este o caso.[17] De um modo ou de outro, é como se a altura dessas casas fosse da ordem da *natureza*, e não lhes fosse permitida qualquer altura *social.* Conversando no interior da sua nova casa em construção, o rapaz nos traduziu este aspecto, opondo a noção de tamanho do homem (parte da natureza), à noção de *medida* (parte do arbitrário social):

> "A outra casa é mais baixa, né? As medidas dessa aqui parecem realmente bem diferentes..."
>
> *"...Eu vou dizer uma coisa pra senhora, naquele tempo o pessoal não fazia casa com medida não. Desde que desse pra pessoa entrar debaixo, eles estavam fazendo."*

Em posição exatamente oposta, mas dentro da mesma lógica organizadora daquele mundo social, a altura das casas sedes de fazendas eram bem maiores, com cerca de 3,80 a 4,00m; ou seja, aproximadamente o dobro da altura das casas de colono, representando simbolicamente não só a altura social do fazendeiro e sua família, mas sobretudo a imensa distância que os separava dos colonos e suas famílias. Além disso, e talvez justamente por isso, as casas de colono se posicionavam com freqüência em terrenos também baixos e de certa forma "escondidos" com relação à estrada e ao caminho que lhes dava acesso (fig. 4). Com essa estatura, posicionando-se dessa forma e muitas vezes revestidas do barro sobre o qual eram erguidas, essas casas se tornavam, ou buscavam se tornar, no limite, quase imperceptíveis aos olhos do viajante, e em certo sentido, da sociedade; aproximavam-se assim do seu modelo "ancestral", os *mocambos*, que significam originalmente refúgio, esconderijo (Castro Faria, 1951). Seu pai, hoje com quase 80 anos, confirma a necessidade que o *povo da roça* tinha naquele tempo de se "esconder", e a explica em função do seu *acanhamento*:

"(...) Antigamente as casas eram mais escondidas porque tinha mata também. E antigamente o povo não era igual hoje não, era mais acanhado, mais coisa... Hoje a senhora vê, qualquer criancinha aí, já está aí conversando..."

Hoje, as novas casas construídas no assentamento são maiores, mais altas, se posicionam em lugares mais *soalheiros* e, de acordo com a topografia do lote, mais altos que as antigas casas de colono. Elas cresceram e buscaram a luz, a visibilidade; tornaram-se, em sua grande maioria, mais próximas e mais visíveis com relação à estrada que corta o assentamento, existente desde os antigos tempos da fazenda. É como se agora elas pudessem e quisessem aparecer, se mostrar a quem passa, existir para a sociedade exterior ao seu próprio grupo.

6. Conclusão

Essa análise nos permite concluir que a mesma centralidade que possuía a *casa* no mecanismo de reprodução da submissão em que se encontravam os trabalhadores no período do colonato, ela possui quando essas relações são rompidas e uma relativa autonomia é conquistada, com a posse da terra, tornando-se então a *casa*, nessa nova condição, símbolo maior do processo de mudança vivido por essas famílias. As casas de diferentes técnicas e alturas encontradas hoje no assentamento são portanto, muito além de uma variação histórica arquitetônica, formal, o testemunho material do crescimento social vivido pelo grupo nesse processo.

Por um lado, é possível (e gratificante) constatar que apesar de todas as dificuldades e incertezas ainda enfrentadas pelos assentados, sobretudo pelas novas gerações, que vivem na condição de não titularidade (e portanto sem acesso a créditos), as suas casas são testemunhos inquestionáveis desse crescimento e das melhorias obtidas a partir da conquista da liberdade e da estabilidade sobre a terra, isto é, a partir da criação do assentamento. Por outro lado, observa-se nesse processo a construção de uma armadilha simbólica que faz das antigas casas de estuque representantes de um tempo não somente de pobreza, no sentido econômico, material, mas principalmente de injustiça social, submissão e falta de liberdade, na vida e no trabalho: o colonato é percebido pelos assentados como continuidade direta da escravidão, e a reforma agrária como a sua efetiva libertação.

A visão crítica que os assentados apresentam hoje em relação às suas antigas casas de estuque, objetivada na falta de conforto e em certas características não necessariamente relacionadas às técnicas construtivas utilizadas (mas sim a uma determinada concepção doméstica produzida naquele período), expressa, antes, a necessidade imperiosa de romper, simbolicamente, com o mundo que elas representam e que se deseja, acima de tudo, superado. Será preciso um cuidadoso trabalho pedagógico, imaginativo, que possa demonstrar e transmitir a pluralidade arquitetônica, econômica, social e cultural dos resultados possíveis de serem obtidos através das técnicas de construção com terra, ajudando ao mesmo tempo a lembrar e resgatar, sempre que possível, a beleza e a poesia que permeava suas vidas naqueles tempos, apesar de toda a dureza cotidianamente enfrentada.

* * *

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre.

1970 – *La Maison Kabyle ou le Monde Renversé*. Em: Jean Pouillon et Pierre Maranda (org.), *Échanges et Communications*. Tome II. Paris, Mouton.

CASTRO, Hebe M. Mattos de.

1997 – Laços de Família e Direitos no final da Escravidão. Em Luiz Felipe de Alencastro (org.), História da Vida Privada no Brasil vol. 2. São Paulo, Companhia das Letras.

ELIAS, Norbert.

1987 [1969] – *A Sociedade de Corte*. Lisboa, Estampa.

1994 [1939a] – *O Processo Civilizador: uma História dos Costumes* (vol.1). Rio de Janeiro, Zahar.

1994 [1939b] – *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Zahar.

1995 [1991] – *Mozart: Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro, Zahar.

FARIA, Luiz de Castro.

1951 – *Origens Culturais da Habitação Popular no Brasil*. Em: *Boletim do Museu Nacional – Antropologia*. Nº 12. Rio de Janeiro, Museu Nacional.

FREYRE, Gilberto.

1954 [1933] – Casa-Grande & Senzala. Rio de Janeiro, José Olympio.

GARCIA JR., Afrânio Raul.

1983 – *Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GARCIA JR., Afrânio, MEDEIROS, Leonilde, GRYNSZPAN, Mário e LEITE, Sérgio (coord.).

2003 – *Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada: uma Análise das Dimensões Econômica, Social, Histórica e Ambiental.* Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ/ CPDOC-FGV/CRBC-EHESS/UFF (Relatório de pesquisa).

HEREDIA, Beatriz.

1979 – *A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LINHARES, Elizabeth Ferreira

1998 – *Passos e Espaços: Casas e Universo Simbólico de Ex-colonos em Minas Gerais.* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, EBA/UFRJ.

1999 – *Rio Preto: Lavando a Alma da Cidade*. Em: *Primeiros Escritos*, nº 5. Laboratório de História Oral e Iconografia, UFF.

2004 – *Entre Escravos e Anjos: Condições e Significados da Infância em um Assentamento Rural Fluminense*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, PPGSA/IFCS - UFRJ.

MARCELIN, Louis Herns.

1996 – A Invenção da Família Afro-americana: Família, Parentesco e Domesticidade entre os Negros do Recôncavo da Bahia, Brasil. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional - UFRJ.

PALMEIRA, Moacir.

1977 – *Casa e Trabalho: Nota sobre as Relações Sociais na* Plantation *Tradicional*. Rio de Janeiro, Contraponto - Ano II, vol.2.

REIS FILHO, Nestor Goulart.

1978 [1970] – *Quadro da Arquitetura no Brasil*. Coleção Debates. São Paulo, Perspectiva.

RYBCZYNSKI, Witold.

1996 [1986] – *Casa: Pequena História de uma Idéia*. Rio de Janeiro, São Paulo, Record.

Notas

[1] Desenhista Industrial (PUC/Rio de Janeiro, 1976), Mestre em Antropologia da Arte (EBA/UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998), Doutora em Antropologia Social (PPGSA/ IFCS/UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004).

[2] Nesse sentido trabalharam, entre outros, Norbert Elias (1969), Pierre Bourdieu (1970), Witold Rybczynski (1986), assim como diversos pesquisadores brasileiros. A importância da "casa" como instituição fundamental na formação social brasileira foi demonstrada por autores como Gilberto Freyre (1954), Roberto DaMatta (1991) e Moacir Palmeira (1977), somando-se àqueles cujos estudos consideraram a especificidade da organização espacial e os respectivos significados dos espaços domésticos analisados: Afrânio Garcia Jr. (1983), Beatriz Heredia (1979), Louis Marcelin (1996) e Elizabeth Linhares (1998), entre outros.

[3] Os dados quantitativos utilizados na análise foram produzidos no âmbito da pesquisa *Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada*, da qual participei como pesquisadora responsável pelos trabalhos desenvolvidos em Santo Inácio (Garcia et alii, 2003); os dados qualitativos, sobretudo relacionados a aspectos simbólicos das casas analisadas, foram produzidos em minha pesquisa para o doutorado, sobre as condições e os significados da infância no assentamento (Linhares, 2004).

[4] Atualmente o assentamento reúne um total de 52 unidades domésticas titulares e, além destas, um número não contabilizado de unidades domésticas agregadas, basicamente constituídas pelos filhos que se casaram após à criação do assentamento e nele permaneceram, ocupando os mesmos lotes de seus pais.

[5] Referimo-nos à inversão no sentido em que na escravatura, uma das bases de sustentação do sistema encontrava-se muitas vezes na dificultação, pelas condições impostas pelo próprio sistema em determinados contextos, à estruturação familiar doméstica – incluindo-se aí as condições e o espaço disponível para moradia dos escravos na fazenda, via de regra as senzalas. Para a grande maioria dos escravos, em diferentes épocas da escravidão, não era aberta a possibilidade de construção de um espaço doméstico próprio, à parte dos espaços coletivos das senzalas (cf. Castro, 1997).

[6] Em condições semelhantes às da *morada* no nordeste brasileiro (cf. Palmeira, 1977).

[7] *Estuque* é a denominação localmente mais utilizada e significa o mesmo que pau-a-pique ou taipa de mão.

[8] Tabatinga vem do tupi (*tawa'tiga*) e significa *barro branco*. É uma argila muito branca, de granulação bem fina, encontrada no fundo de alguns brejos. Ela era (e em alguns casos ainda é) usada não só no revestimento final da casa, quando construída, mas também semanalmente repassada, em um procedimento com significado próximo ao de uma "faxina", de modo que a casa esteja sempre *bem clarinha*. Tanto na construção quanto nessa manutenção semanal, extrair e passar tabatinga são serviços exclusivamente femininos.

[9] Os córregos eram pensados como possuidores de uma capacidade inesgotável de renovação, do ponto de vista físico, e de purificação, do ponto de vista mágico. Em trabalho anterior em outra região cafeicultora fluminense e mineira, estudamos o significado e a importância de um rio (Rio Preto, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais) para a população local, relacionados à crença no poder purificador de suas águas (Linhares, 1999).

[10] Considerar esta mudança como fundamental não significa atribuir-lhe qualquer valor, positivo ou negativo, relativo ao abandono das antigas técnicas artesanais de construção, embora sejam reconhecidas as diversas vantagens formais, ecológicas, econômicas e mesmo políticas destas últimas. O que importa aqui enfatizar é o fato do acesso ao mercado da construção civil participar de um processo mais abrangente de pertencimento social, assim como o acesso a diversos bens de consumo inacessíveis nos tempos do colonato, tais como alimentos industrializados, peças de vestuário, calçados, produtos de higiene e perfumaria, eletrodomésticos, etc. Por outro lado, o que não se pode deixar de lamentar é o fato desses antigos saberes, além de estarem sendo progressivamente desqualificados e desprestigiados, porque simbolicamente relacionados ao colonato, estarem sendo perdidos, na medida em que deixam de ser retransmitidos às novas gerações (a retransmissão originalmente se dava durante o próprio processo construtivo, quando as crianças ajudavam, ao mesmo tempo que aprendiam e eram socializados – meninos e meninas, nos seus respectivos papéis perante o seu grupo doméstico e a sua rede de próximos).

[11] Em praticamente todos os casos em que não foi possível reaproveitar as antigas telhas canais, de cerâmica, ou seja, sempre que a cobertura da casa dependera da compra de novas telhas, as utilizadas foram as de amianto, ainda comercializadas em Trajano apesar das contra-indicações.

[12] Rybczynski (1996) localiza na Holanda do século XVII o surgimento dessa noção de domesticidade, como um reflexo da importância que a sociedade holandesa começava a dar à família, fundamentalmente relacionada às mudanças ocorridas nas relações entre pais e filhos e à própria noção de família e de infância.

[13] Reis Filho, 1978.

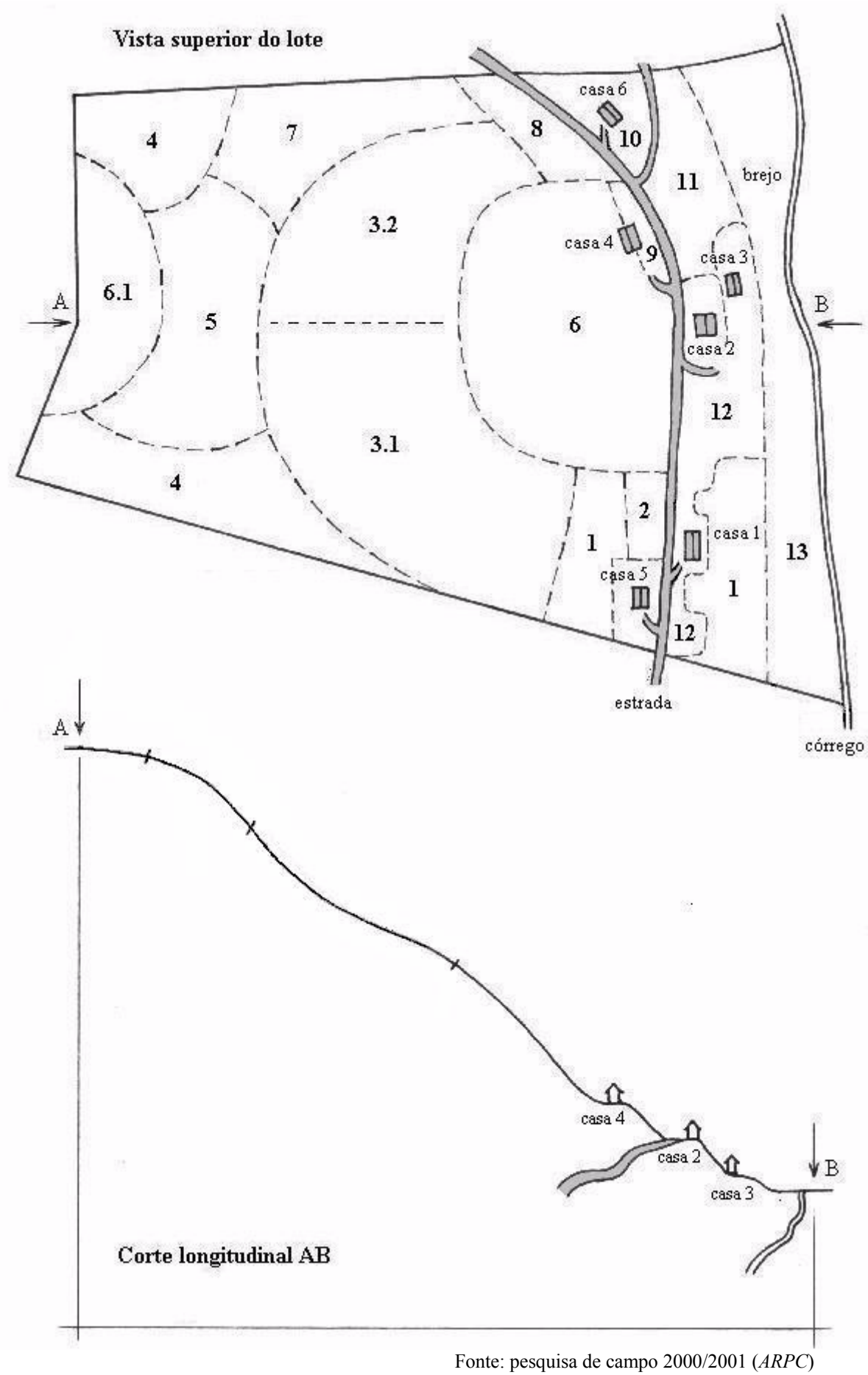
[14] A altura que está sendo considerada se refere às paredes laterais. Se medirmos a altura da casa em sua área central, abaixo da cumeeira, esta será bem maior do que os números aqui apresentados (em ambas as casas).

[15] No período anterior as casas de um modo geral não possuíam banheiro. Os banhos eram tomados nos córregos próximos ou no terreiro (homens e crianças), ou nos quartos (mulheres e meninas que se aproximavam da puberdade); e as necessidades fisiológicas eram feitas durante o dia diretamente no quintal ou na mata (à noite costumava-se usar um penico no quarto). Ainda que os espaços externos à casa, incluindo-se a mata, tivessem esses usos culturalmente demarcados, estes não podem ser comparados com os usos de um banheiro dentro de casa e o que eles representam como mudança na relação de grande proximidade (e intimidade) em que viviam os colonos, nesse sentido, com a natureza ao seu redor. Analisando o processo civilizador como um processo de crescente individualização, Elias considera as mudanças operadas, na história da cultura ocidental, no sentido de um progressivo controle e afastamento do homem, em sua relação com a natureza (na qual se inclui a própria corporalidade humana), na relação entre os homens, e finalmente na sua relação consigo mesmo. Para Elias, as dificuldades existenciais enfrentadas pelo homem ocidental, nas chamadas sociedades complexas – sobretudo os sentimentos de solidão e isolamento individual – são características de um estágio específico de individualização (Elias, 1939 a e b).

[16] As reformas se referem de um modo geral a casas construídas após o assentamento, que sofreram acréscimos posteriores de área e acabamento, mas que já haviam sido construídas originalmente com altura superior; as casas antigas foram em sua grande maioria *desmanchadas*, construindo-se em seu lugar uma casa inteiramente nova. O único caso encontrado de casa de colono reformada, aqui referido (que não significa que seja de fato o único em todo o assentamento, mas que é certamente raro), incluiu diversas modificações, como aumento de área e pé direito, e uma progressiva substituição das paredes de pau-a-pique por paredes de alvenaria. Como o revestimento externo das paredes modificadas ainda não foi feito, pode se ver com clareza a diferença entre a sua altura anterior e a atual.

[17] De acordo com o filho de um antigo carapina da fazenda, responsável pela construção de diversas casas de colono, os carapinas adotavam padrões próprios de construção, porém com poucas variações na altura e de um modo geral seguindo os mesmos padrões adotados pelos próprios moradores – aproximadamente entre 1,80 e 1,90 metros, ou seja, um tamanho que cobria, com uma pequena folga, a estatura física de um homem. Essa limitação na altura se “explicaria” ainda, segundo seu depoimento, pelo objetivo de proteger o telhado da ação dos ventos. A altura da casa a remetia (e restringia), nesse sentido, à sua condição de abrigo, dentro do qual o homem deveria caber e estar protegido com segurança contra as intempéries.

Figura 1: vista superior e corte longitudinal do lote



Fonte: pesquisa de campo 2000/2001 (*ARPC*)

Legenda das casas:

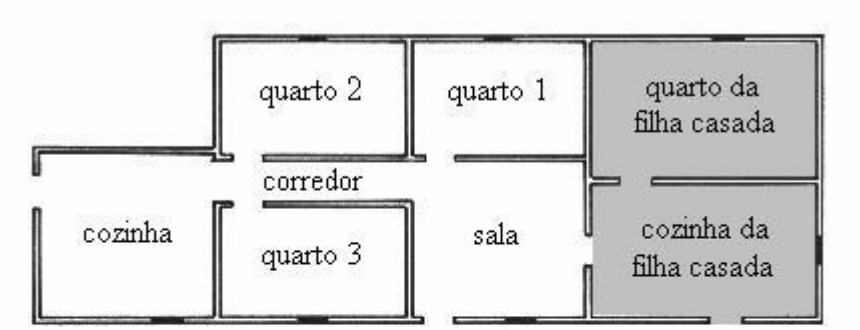
1. casa antiga do casal titular (atualmente fechada)
2. casa nova do casal titular (onde moram atualmente)
3. casa atual do filho casado (antiga casa da sua avó)
4. casa nova do filho casado (ainda em construção)
5. casa da filha mais velha
6. casa da filha caçula

Legenda das lavouras:

1. banana
2. laranja e tangerina poncã
3. eucalipto (3.1 de meia com o genro; 3.2 de meia com o filho)
4. mata
5. capim gordura e samambaia
6. banana e café (6.1 de meia com o filho)
7. eucalipto (poucos pés de plantio recente)
8. capoeira
9. mandioca
10. laranja e tangerina poncã
11. palmito
12. café e fruteiras diversas (ameixa, abacate, banana, laranja e tangerina)
13. pasto sujo, com alguns pés de laranja e abacate

Figura 2: casas analisadas

CASA 1



casa 1

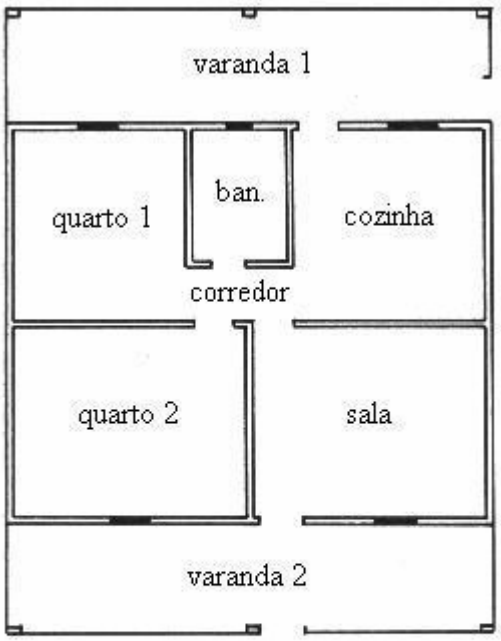
área construída original: 44,4 m2
acréscimo feito para o casamento da filha: 20,9 m2
área total: 65,3 m2
altura das paredes: 1,85 m
altura das portas: 1,75 m

estrada

vista lateral esquerda (cozinha original)

vista lateral direita (cômodos da filha casada)

CASA 2



casa 2
área construída: 95,7 m2
altura das paredes: 2,55 m
altura das portas: 2,10 m

estrada

vista de frente

vista de fundos

CASA 3

casa 3

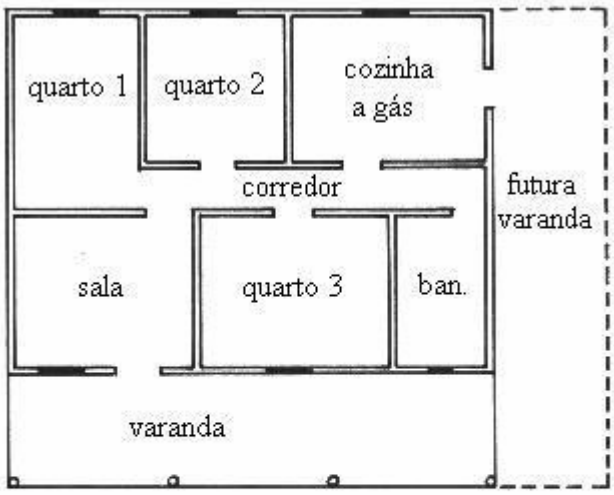
área construída: 55,3 m2
altura das paredes: 1,85/1,90 m
altura das portas: 1,75/1,80 m

estrada

vista de frente (acesso à sala)

vista de fundos (acesso à cozinha)

CASA 4



casa 4
área construída: 74 m2
altura das paredes: 2,33 m
altura das portas: 2,10 m

estrada

vista de frente

Figura 3: antiga casa de colono ampliada

antiga casa de colono ampliada

Figura 4: posição relativa das casas

casa de colono (casa 1) em relação à estrada

casa nova de assentado (casa 5) em relação à estrada